

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um semestre prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS encerrou o semestre de 2015 com ativos totais de R\$ 444.910 mil, aumento de 22,01% em relação ao mesmo período do semestre anterior, destacando-se:

1 - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em junho de 2015 R\$ 216.868 mil, com evolução de 15,99% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em junho de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 195.734 mil, representando 88,71% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 19.064 mil, compondo 8,64% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 5.851 mil ou 2,65% do total (NE 05c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 390.451 mil em junho de 2015, com incremento de 21,74% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 264.065 mil, com crescimento de 26,06% em relação a junho de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 1,36% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 55.132 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em junho de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 69.559 mil, tendo um aumento de 24,66% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

PLD/CFT
O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional no Sicredi está implementada de forma centralizada na Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada diretamente à Presidência Executiva. Essa estrutura é responsável pela administração da Política de Risco Operacional e pela coordenação e execução, no que lhe compete, dos processos relativos à disciplina para todo o sistema de forma padronizada, em conformidade com a Resolução nº 3.380/06 e demais normativos relacionados.

O processo de gerenciamento do risco operacional foi desenhado para capacitar a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento dos riscos associados a cada instituição individualmente, ao conglomerado, bem como a identificação e acompanhamento dos riscos associados às demais empresas não financeiras.

II - Risco de Mercado

A atividade de gerenciamento do risco de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar

os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas: • Projeções de Liquidez (fluxo de caixa); • Teste de Estresse; • Limites de Liquidez; • Plano de Contingência de Liquidez.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Superintendência de Crédito e Risco de Crédito do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria Executiva de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatórios".

Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 30/06/2015					
II - BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)					
ATIVO	30/06/2015	30/06/2014	PASSIVO	30/06/2015	30/06/2014
DESCRIÇÃO DAS CONTAS			DESCRIÇÃO DAS CONTAS		
CIRCULANTE	359.410	284.967	CIRCULANTE	137.607	135.689
DISPONIBILIDADES (NOTA 20)	4.287	2.965	DEPÓSITOS (NOTA 10)	86.480	94.983
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 04)	19.329	11.977	Depósitos à Vista	55.132	54.393
Carteira Própria	19.329	11.977	Depósitos a Prazo	31.348	40.590
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	192.242	150.513	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	33.161	25.236
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.167	4.121	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3.386	5.471
Tesouro Nacional Recursos Crédito Rural	59	11	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	29.775	19.765
Correspondentes no País	234	388	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.695	1.068
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 20)	188.782	145.993	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.695	1.068
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	135.628	112.827	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)	4.815	4.517
Operações de Crédito	143.440	118.747	Empréstimos País - Outras Instituições	4.815	4.517
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.812)	(5.920)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.456	9.885
OUTROS CRÉDITOS	7.798	6.534	Cobrança e Arrecadação de Tributos	40	20
Créditos por Avais e Fianças Honorados (NOTA 05)	37	-	Sociais e Estatutárias	736	854
Rendas a Receber	1.078	1.308	Fiscais e Previdenciárias	1.312	844
Créditos Específicos	122	109	Diversas (NOTA 13)	9.368	8.167
Diversos (NOTA 06)	7.301	6.242	NÃO CIRCULANTE	237.744	173.171
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(740)	(1.125)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	237.744	173.171
OUTROS VALORES E BENS	126	151	DEPÓSITOS (NOTA 10)	232.717	168.884
Outros Valores e Bens (NOTA 07)	156	156	Depósitos a Prazo	232.717	168.884
(Provisão para desvalorização)	(156)	(86)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.027	4.287
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	126	81	Repasse Interfinanceiros (NOTA 11)	5.027	4.287
NÃO CIRCULANTE	85.500	79.693	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69.559	55.800
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	68.534	63.940	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	33.647	30.847
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	68.534	63.940	De Domiciliados no País	33.664	30.861
Operações de Crédito	73.428	68.227	(Capital a Realizar)	(17)	(14)
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.894)	(4.287)	RESERVAS DE SOBRAS	26.837	18.170
PERMANENTE	16.966	15.753	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.075	6.783
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)	10.854	10.854	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	444.910	364.660
Outros Investimentos	10.854	10.854			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)	2.722	2.174			
Imóveis de Uso	746	746			
Outras Imobilizações de Uso	6.830	6.058			
(Depreciação acumulada)	(4.854)	(4.630)			
INTANGÍVEL (NOTA 09c)	3.390	2.725			
Outros Ativos Intangíveis	5.707	4.548			
(Amortização acumulada)	(2.317)	(1.823)			
TOTAL DO ATIVO	444.910	364.660			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)			
	01/01/2015	01/01/2014	
	a	a	
	30/06/2015	30/06/2014	
RESULTADO DO SEMESTRE	9.656	8.353	
Resultado do semestre	9.075	6.783	
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE	581	1.570	
(Reversão) Provisão para operações de crédito	309	(221)	
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	58	
(Reversão) Provisão p/ desvalorização de outros créditos	(400)	996	
Depreciação do imobilizado de uso	278	268	
Amortização do intangível	234	285	
Baixos do ativo permanente	1	-	
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(4)	134	
Dividendos SicrediPar	163	50	
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	62.134	30.714	
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	(3.166)	(4.023)	
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(59)	(11)	
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	41	27	
(Aumento) Redução em operações de crédito	14.065	9.508	
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(4.706)	(6.095)	
(Aumento) Redução em outros créditos	379	(1.956)	
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(99)	218	
Aumento (Redução) em depósitos	55.845	33.299	
Aumento (Redução) em rel. interdependências passivas	842	207	
Aumento (Redução) em obrig. por empréstimos e repasses	280	1.085	
Absorção de dispêndios pelo FATES	(382)	(194)	
(Redução) Aumento em outras obrigações	(906)	(1.351)	
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	71.790	39.067	
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(1.351)	(725)	
Aquisição de Investimentos	-	(825)	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(487)	(383)	
Aplicações no Intangível	(887)	(659)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.725)	(2.592)	
Integralização de capital	538	408	
Baixa de capital	(1.470)	(1.580)	
Distribuição de Sobras	(211)	(203)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.143)	(1.375)	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	67.922	35.100	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	125.147	113.858	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 20)	193.069	148.958	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

III - DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	Resolução CFC nº 1.013/05 01/01/2015 a 30/06/2015			Resolução CFC nº 1.013/05 01/01/2014 a 30/06/2014		
	Cosif			Cosif		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.752	-	25.752	23.221	-	23.221
Operações de Crédito	24.401	-	24.401	22.496	-	22.496
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.351	-	1.351	725	-	725
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(15.821)	(99)	(15.920)	(12.364)	(66)	(12.430)
Operações de Captação no Mercado	(12.146)	(15)	(12.161)	(8.364)	-	(8.364)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.150)	(84)	(1.234)	(874)	(66)	(940)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.525)	-	(2.525)	(3.126)	-	(3.126)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.931	(99)	9.832	10.857	(66)	10.791
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.341)	2.476	135	(4.917)	1.353	(3.564)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.198	2.244	4.442	2.359	2.013	4.372
Rendas de Tarifas Bancárias	1.792	-	1.792	1.379	-	1.379
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.499)	(598)	(9.097)	(7.151)	(529)	(7.680)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(4.917)	(635)	(5.552)	(4.279)	(908)	(5.187)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(25)	(109)	(134)	(19)	(96)	(115)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	10.757	1.785	12.542	6.860	1.077	7.937
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(3.647)	(211)	(3.858)	(4.066)	(204)	(4.270)
RESULTADO OPERACIONAL	7.590	2.377	9.967	5.940	7.227	7.227
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2	-	2	21	39	60
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.592	2.377	9.969	5.961	7.266	7.287
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(894)	(894)	-	(504)	(504)
Provisão para Imposto de Renda	-	(551)	(551)	-	(308)	(308)
Provisão para Contribuição Social	-	(343)	(343)	-	(196)	(196)
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE	7.592	1.483	9.075	5.961	822	6.783

VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 21/09/1919 e tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. "A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013. O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi."

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já reconhecidos pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 02 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador. A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 30 de julho de 2015.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro rata die" e calculados com base no modelo exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

c) Componentes de caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidade e relações interfinanceiras - centralização financeira, com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Operações ativas e passivas

Pré-fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pré-fixados contabilizam-se pelo valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação.

Pós-fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou fluantes contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem os juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Operações de crédito e provisão de crédito

As operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos associados da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do associado
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de face, retificadas por conta de rendas a apropriar.

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS a qual registrou provisão para operações de crédito em abril/2015 no montante de R\$ 14.326 (R\$ 18.024 em março/2015) gerando um aumento de 2,15% em relação a metodologia anterior. A comparação com o semestre anterior encontra-se no quadro 4 c)

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante líquido suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação das operações por nível de risco.

g) Permanente

Investimentos: estão demonstrados ao custo de aquisição.

Imobilizado de uso: corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente", item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: está representado por investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação Sicredi, os quais são contabilizados nas Centrais e repassados às cooperativas, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

h) Segregação em circulante e não circulante
Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566/08, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento instituiu o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e bens não de uso próprio, são revistos anualmente em outubro para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma produziu efeitos apenas sobre os bens não de uso, relativamente as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015.

j) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

k) Outros créditos - Títulos e créditos a receber - Operações com cartão de crédito
Os valores a receber representam os valores a faturar dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa, Mastercard e Cartões Sicredi. Para pagamentos efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), as operações são reclassificadas para Operações de Crédito no grupo de Empréstimos.

l) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

n) Passivos contingentes - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis

Provisionados com base em opinião de assessores jurídicos, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A Cooperativa provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. A seguir o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Provisões para riscos trabalhistas - Constituídas quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado conforme subsídios recebidos dos assessores jurídicos.

Provisões para riscos civis - Constituídas quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que considera a jurisprudência, os subsídios fáticos levantados, as provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para riscos fiscais e previdenciários - Referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração e revisadas a cada semestre, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de crédito está assim composta e classifica

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de Crédito	30/06/2015			30/06/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados.....	89.290	39.832	129.122	106.916	
Financiamentos	22.330	26.218	48.548	52.113	
Financiamentos rurais e agroindustriais	31.820	7.378	39.198	27.945	
Carteira total	143.440	73.428	216.868	186.974	

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	30/06/2015				30/06/2014	
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas.....	2.285	16.072	20.814	36.292	75.463	73.346
Pessoas Jurídicas - Ramo Rural	257	25.037	6.526	7.378	39.198	27.945
Pessoas Jurídicas - Ramo Industrial	137	5.205	7.794	2.580	15.716	12.968
Pessoas Jurídicas - Ramo Comércio	1.046	13.260	14.560	12.911	41.777	34.658
Pessoas Jurídicas - Outros Serviços	442	10.235	19.770	14.267	44.714	38.057
Total	4.167	69.809	69.464	73.428	216.868	186.974

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Nível A	106.083	56.210	530	281
Nível B	66.108	59.383	661	594
Nível C	23.543	55.397	706	1.662
Nível D	10.492	8.634	1.049	863
Nível E	3.943	3.058	1.183	917
Nível F	2.321	2.104	1.161	1.052
Nível G	2.308	492	1.616	344
Nível H	5.851	4.520	5.851	4.520
Total (i)	220.649	189.798	12.757	10.233

valores em milhares de Reais

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	30/06/2015			30/06/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Total
Avais e Fianças Honorados	37	-	37	-	-
Títulos e créditos a receber	3.744	-	3.744	2.824	-
Total	3.781	-	3.781	2.824	-

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	30/06/2015
Renegociadas	-
Lançadas contra prejuízo	2.464
Recuperadas de prejuízo	316

valores em milhares de Reais

A partir deste semestre, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo, contempla os juros das operações até 60 dias. Com relação a apresentação das informações dos períodos anteriores apresentados para fins de comparação com o período corrente, de acordo com CPC 23 item 50, as informações necessárias não foram reunidas em período anterior, desta forma não foi possível recriar a informação para reapresentação retrospectiva.

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	30/06/2015			30/06/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	308	-	308	268	
Adiantamentos p/ pagamentos de nossa conta*	1.659	-	1.659	1.384	
Devedores por depósitos em garantia	50	-	50	37	
Impostos e contribuições a compensar	355	-	355	10	
Títulos e créditos a receber	3.744	-	3.744	2.824	
Devedores diversos - País **	1.185	-	1.185	1.719	
Total	7.301	-	7.301	6.242	

valores em milhares de Reais

* Do saldo de R\$ 1.659 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 1.641 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

** A conta Devedores Diversos, está assim composta:

Devedores Diversos - País	30/06/2015	30/06/2014
Diferenças de caixa	1	1
Pendências a regularizar	30	1
Valores honorados	663	1.044
Pendências a regularizar - extrato	-	2
Pendência - processos centralizados	15	19
Outros devedores	1	166
Valores pendentes conciliação cartão	14	10
Saques redes externas a receber	4	12
Transações Compra e Saque a Agendar Visa	49	-
Contestação por fraude - cartão Visa	4	-
Parcelado loja para postagem futura - cartão Visa	1	-
Transfêria saques - Cartão Sicredi	1	2
Transfêrio CDA - Mastercard	3	-
Sobras orçamentárias a receber Central	297	197
Estabelecimento credenciado cartão múltiplo a receber	101	124
Cartão múltiplo a receber - Cooperativas	-	135
Outros devedores cartão múltiplo	1	6
Total	1.185	1.719

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	30/06/2015	30/06/2014
Bens em regime especial	156	156
Total Outros Valores e Bens	156	156
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(156)	(86)

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no OPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 156 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 07 – DESPESAS ANTECIPADAS

Despesas Antecipadas	30/06/2015			30/06/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Total
Prêmios de seguros	12	-	12	20	
Licenças de software	37	-	37	-	
Contribuição sindical	12	-	12	10	
Contribuição cooperativa	34	-	34	32	
Outras despesas antecipadas	31	-	31	19	
Total	126	-	126	81	

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	30/06/2015	30/06/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	6.071	6.071
Sicredi Participações S.A. (i)	4.782	4.782
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	10.854	10.854

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Número de ações/..	1.551.444	1.551.444	1.000	1.000	6.070.603	6.070.603
quotas possuídas ..	3.230.466	3.230.466	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,59%	0,63%	0,74%	0,75%	1,77%	1,79%
Capital social	804.351	761.440	137	136	342.223	338.576
Patrimônio Líquido ..	812.047	767.698	190.			

Credores Diversos - País	30/06/2015	30/06/2014
Obrigação nacional Redecard - cartão Sicredi	498	484
Obrigação nacional rede Sicredi - cartão Sicredi	-	2
Saldo credor - cartão Sicredi	20	22
Pagamento rejeitado - cartão Sicredi	2	4
Agenda cartão Visa a pagar	1.238	767
Transitória de pagamento - cartão Visa	16	160
Aceleração parcelas cartão Visa	3	1
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard	182	-
Saldo Credor - Mastercard	1	-
Agenda Cartão Mastercard a Pagar	189	-
Transitória - compras cartão Sicredi Redecard	12	7
Outros credores	90	-
Estabelecimento credenciado - Cartão Múltiplo	1	388
Compras cartão múltiplo - Cooperativas	7	115
Transitória de sist. - compras débito cartão múltiplo Sicredi	-	11
Outros credores - Cartão Múltiplo	-	7
Saques cartão múltiplo Sicredi a pagar - redes externas	-	1
Saques nacionais Tecban a liquidar	1	3
Contas a pagar - empresas do grupo	102	144
Contas a pagar - demais fornecedores	169	329
Intercâmbio cartão Sicredi a pagar	-	5
Total	4.243	3.900

valores em milhares de Reais

NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo inicial do		Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do	
	Período 01/01/2015	Aumento Provisão		Período 30/06/2015	Período 30/06/2014
Trabalhista	157	-	(3)	154	
Cível	27	7	(8)	26	
Total	184	7	(11)	180	

Natureza	de Perda	Vir. estimado	Vir. Provisionado	Vir. Provisionado	
				Saldo em 30/06/2015	Saldo em 30/06/2014
Trabalhista	Provável	154	154	144	
Trabalhista	Possível	222	-	-	
Cível	Provável	26	26	50	
Cível	Possível	151	-	-	
Tributária	Possível	5	-	-	
Total		558	180	154	

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Uma estimativa dos valores devidos foi realizado, devido a volumetria de retificações e guias, os pagamentos estão previstos para serem realizados no segundo semestre, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 14 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Santa Cruz do Sul / RS, 26 de agosto de 2015.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração

Coobrigações em garantias prestadas	30/06/2015	30/06/2014
Garantias prestadas em operações de associados (i)	67.780	51.136
BNDES - Automático, Caminhões, Produsa, Procap-Agro	618	726
Pronamp	16	-
Carta aval / fiança	3.000	-
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	15.470	15.203
Moderagro	914	1.294
Moderfrota	100	171
Modermaq	72	91
Operações de câmbio	4.327	-
Procaminhoneiro	2.337	2.550
Pronaf	40.940	31.076
Coobrigações Inadimplência	(14)	25
Coobrigações em cessões de crédito	4	4
Total	67.784	51.140

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 15 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	30/06/2015	30/06/2014
Capital Social	33.647	30.847

valores em milhares de Reais

	30/06/2015	30/06/2014
Total de associados	50.015	53.495

valores em milhares de Reais

NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 12.542 mil (R\$ 7.937 mil em junho de 2014), sendo que deste valor, R\$ 8.661 mil (R\$ 5.855 mil em junho de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 3.858 mil (R\$ 4.270 mil em junho de 2014), sendo que deste valor, R\$ 2.012 mil (R\$ 1.662 mil em junho de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 143 mil (R\$ 244 mil em junho de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 201 mil (R\$ 144 mil em junho de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas-chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias

VIII - RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, documentos estes relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

Atenciosamente,

Adilor Adams Cristiano Antônio da Silva Krug Salete Wagner
Conselheiro Conselheiro Conselheira

VIII - RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Detalhamento das operações ativas e passivas

Natureza da operação	30/06/2015	% em relação ao total	30/06/2014
Depósitos à vista	61	0,11%	68
Pessoas físicas	61		68
Depósitos a prazo	371	0,14%	307
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	371		307
Operações de crédito	816	0,38%	905

valores em milhares de Reais

b) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	30/06/2015	30/06/2014
Pessoas-chave da administração	519	202

valores em milhares de Reais

*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 156,93% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no segundo semestre de 2014, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva de acordo com o Art. 18 da Resolução CMN nº 3.859/2010.

c) Outras partes relacionadas

O Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Absolute II foi considerado como parte relacionada por possuir percentual relevante dos valores aplicados em relação ao total da carteira, uma vez que a cooperativa, sob qualquer forma, assume ou retém substancialmente riscos e benefícios deste.

Fundo de Investimento	30/06/2015	Total da carteira	% em relação ao total	30/06/2014
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute II	19.329	283.161	6,83%	11.977
Total	19.329	283.161	6,83%	11.977

valores em milhares de Reais

NOTA 19 – COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Incial: 01/01/2015	Final: 30/06/2015	Variação
Caixa	3.017	4.287	1.270
Centralização financeira em Cooperativa Central	122.130	188.782	66.652
Total	125.147	193.069	67.922

valores em milhares de Reais

“Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

i. Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo; ii. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa; iii. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor; iv. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.”

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 30 de junho de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes para administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

Marcio José Algayer Diretor Executivo CPF: 813.764.800-34 Daniele Mann Diretora de Operações CPF: 000.307.405-12	Rodrigo Luis Mancuso da Cruz Contador CRC: RS-071614/O-8 CPF: 961.880.300-72
---	--

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Rio Pardo - Sicredi Vale do Rio Pardo RS em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 19 de agosto de 2015.

Marcela Mies Laino
Contadora - CRC- RS 074.511/O-4 - CNAI 2230

